

Lésbicas também são mulheres

Lésbicas também são mulheres. O que parece apenas uma evidência, ganha ares de ação afirmativa nas respostas que recolhemos de Marisa Fernandes, numa entrevista sobre lesbianidade e cidadania. Presente no V Seminário Nacional de Lésbicas (18-22 junho, São Paulo), Marisa Fernandes nos informa nessa entrevista sobre os eixos do Seminário, que focou aspectos centrais na luta do movimento lésbico.

Feminista com forte vínculo histórico ao movimento, Marisa Fernandes participou da fundação do Grupo SOMOS de Afirmação Sexual, em 1978, o primeiro grupo organizado do Brasil, composto de gays e lésbicas. Seu ingresso no movimento feminista de São Paulo aconteceu em 1980, durante o II Congresso da Mulher Paulista. Marisa e outras ativistas levaram para o evento - e, conforme ressalta, para dentro do movimento - o debate sobre sexualidade, na ótica das mulheres lésbicas. A partir daí, surgiu o primeiro grupo de lésbicas no Brasil, o Grupo Lésbico Feminista, criado em maio de 1980.

Atualmente, Marisa coordena o Coletivo de Feministas Lésbicas, que também ajudou a fundar, em 1990, Mestre em História Social pela USP, professora de História, Marisa questiona em suas respostas até mesmo as mulheres lésbicas. Segundo ela, muitas lésbicas não se vêem como mulheres. Por isso, ela chama a atenção para os efeitos da subordinação e da falta de direitos, que afeta tanto mulheres lésbicas como heterossexuais. Concluindo, Marisa destaca a discriminação por parte do Estado, particularmente nas políticas públicas, e diz o que pensa sobre lesbianidade e feminismo.

Quais os principais resultados do V Seminário Nacional de Lésbicas?

Marisa Fernandes - O V SENALE contou com a participação de aproximadamente 200 lésbicas - organizadas ou independentes - vindas de todas as partes do Brasil. Neste SENALE foi oficializada a constituição da Liga Brasileira de Lésbicas. O seminário discutiu políticas públicas e cidadania para as lésbicas, tendo como eixos centrais: saúde, educação e direitos. Na área da saúde, pela primeira vez nestes seminários, refletiu-se sobre a fertilização assistida. Na educação, evidenciou-se a necessidade de uma intervenção direta no Ministério da Educação - e nas esferas estaduais e municipais dos governos - para que questões de gênero e de orientação sexual sejam efetivamente tratadas na rede de educação. Na área de pesquisa, foram apresentados dados sobre lésbicas profissionais do sexo (perfil, percepções de risco e formas de prevenção contra infecção das DST) e também sobre lésbicas atendidas em um ambulatório ginecológico em São Paulo. Entendemos que os avanços nas políticas públicas para as mulheres são razoáveis, precisamos apenas que se tenha o entendimento que lésbicas também são mulheres e que essas políticas públicas devem contemplá-las. Campanhas de prevenção de câncer de mama ou de colo de útero deveriam fazer na convocação adendo do tipo "você que é lésbica compareça também". Sabemos que muitas lésbicas não se vêem como mulheres ou consideram que cân-

cer de colo de útero só afeta mulheres heterossexuais. É preciso que haja, nos serviços voltados para as mulheres, capacitação para os profissionais, a fim de que saibam atender as lésbicas dentro das nossas especificidades. É comum os ginecologistas considerarem que todas as mulheres são heterossexuais.

Dentro do movimento, como está o debate sobre a união civil de lésbicas? Você verifica avanços em relação a isso na sociedade, junto ao Judiciário etc?

Marisa - Recentemente (26/6/2003) aconteceu em Brasília um Seminário Nacional GLBT organizado pela Ouvidoria e Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Uma das questões mais debatidas foi o Projeto de Lei que "Regula a Parceria Civil entre Casais do Mesmo Sexo", proposto pela então deputada federal Marta Suplicy. O projeto está superado no que tange à proibição de casais do mesmo sexo adotarem crianças. Caso esta lei já tivesse sido aprovada, o Chicão, filho da cantora Cássia Eller, não ficaria com sua segunda mãe, a Maria Eugênia. A guarda do Chicão com a Maria Eugênia é um avanço do Judiciário, mas nós, as pessoas homossexuais não podemos ficar na dependência de um ou uma juiz(a). Supondo que o juiz ou juíza não concedesse a guarda, nada poderia ser feito? Nós precisamos de leis que efetivamente nos protejam e nos dêem garantias.

E sobre as mães lésbicas? Como você relaciona a união civil e a questão do reconhecimento do casal no vínculo com crianças adotadas ou geradas por inseminação?

Marisa - Nós precisamos de uma legislação que coloque na Constituição Federal a proibição de discriminação por orientação sexual, de forma explícita. Não podemos estar no sub-texto, porque é não estar em lugar nenhum. Precisamos de uma lei, que aos moldes do racismo, criminalize a discriminação e o preconceito frente a pessoas homossexuais. É algo radical, mas no momento não vemos outra saída para minimizar o brutal preconceito. Precisamos de uma parceria civil registrada que não proíba a adoção de filhos(as). Um conjunto de leis, como essas, garantiria para as mães lésbicas várias coisas, tais como o direito da guarda dos filhos(as) em caso de separação, uma vez que elas não poderiam ser discriminadas pela orientação sexual. Garantiria também a adoção de crianças e a inseminação assistida - que deve ser gratuita pelo SUS para que todas as mulheres tenham acesso - incluindo as lésbicas. É preciso entender o sofrimento psíquico que vive uma mulher quando ela quer ser mãe e não pode por alguma razão. Esse sofrimento deve ser levado em conta e soluções devem ser pensadas e colocadas à disposição nos serviços públicos de saúde.

Como está o reconhecimento, por parte do Estado, para concessão de pensão (Previdência) e de outros direitos?

Marisa - Mais uma vez ficamos na dependência de um Judiciário moderno. Precisamos é que iniciativas do Judiciário, como esta que concede o direito de pensão à companheira, sejam transformadas em lei. Não é só para o direito à pensão que precisamos de lei. São necessárias leis que garantam a cirurgia de mudança de sexo e de nome para os/as

transexuais. Precisamos declarar nossos impostos de renda conjuntamente, ter acesso a crédito bancário etc.

Como você vê a questão da lesbianidade dentro do movimento feminista?

Marisa - Ao longo destes meus 24 anos de ativismo, como lésbica e como feminista, vi muitos avanços e conquistas. Vi feministas - que antes tinham medo de ser confundidas como lésbicas - assumirem atualmente a questão da lesbianidade como uma questão legítima do movimento de mulheres. Mas acho que podemos e devemos avançar muito mais concretamente. Ainda hoje vejo textos sobre violência contra a mulher que não abordam as especificidades das lésbicas. Não podemos desconsiderar a brutal violência das adolescentes lésbicas, expulsas de casa, perdendo o afeto e a proteção daqueles que deviam ser seus apoiadores. Os pais que violentam as filhas jovens porque as descobrem lésbicas nunca são vistos ou tratados como violadores, como agressores, e nem são feitas denúncias ou queixas. É preciso começar a encarar verdadeiramente as questões específicas das lésbicas, dando visibilidade a cada uma delas. Divulgando-as. Quando se publica sobre saúde da mulher, nada se fala das lésbicas, como se nós não fôssemos mulheres e precisássemos de uma atenção. É preciso que o movimento feminista saia do patamar de apenas dizer que lésbicas têm direitos. É preciso sair do genérico e ir fundo, tratando as questões, exemplificando, demonstrando dados de pesquisa, depoimentos. É preciso que se olhe as lésbicas, sobretudo as que atuam há muito tempo como ativistas, como "experts" nas nossas questões. Podemos ser consultoras, assessoras para questões da sexualidade. É preciso avançar na formulação das propostas de direitos sexuais e políticas públicas para todas as mulheres e isso só será possível - e verdadeiro - quando as lésbicas forem incluídas porque, de outro modo, não estaremos falando de feminismo e direitos humanos no século XXI.

Para contato com Marisa Fernandes: fernandes.marisa@uol.com.br

I Congresso de Mulheres LBT

A pré-conferência mundial da Associação Internacional de Lésbicas e Gays - ILGA, também intitulada "I Congresso de Mulheres Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros", previsto para dias 12 e 13 de novembro, em Manila (Filipinas), contará com apoio financeiro para participação de mulheres de países do Sul.

Mulheres interessadas em concorrer às bolsas de financiamento devem enviar suas inscrições até 30 de julho para o Secretariado ILGA (secretariat_ilga2003@yahoo.com). As bolsas também garantem a participação na Conferência Mundial de ILGA, entre 8 e 18 de novembro, porém não incluem custos com passagens. Mais informações podem ser obtidas com Anna Leah Sarabia, co-secretária geral de ILGA (e-mail acima) e Alejandra Sardá, da IGLHRC - Comissão Internacional pelos Direitos de Gays e Lésbicas (alejandra@iglhc.org).

Fundada em 1978, ILGA reúne mais de 350 organizações nacionais e locais, em mais de 80 países. O site internacional é: www.ilga.org; e o latino-americano: www.ilgalac.org (em construção).

(Nota divulgada no Articulando Eletronicamente nº 49, veículo de informação da AMB).

Coordenação Editorial: **Silvia Camurça e Carla Batista** (Sec. Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras)

Edição: **Paula de Andrade** - Apoio: **Fundação Ford** - Diagramação: **Quiz Design Gráfico**

Fale conosco: amb@soscorpo.org.br ou amb@articulacaodemulheres.org.br Web Site: www.articulacaodemulheres.org.br

Secretaria Executiva da AMB • Rua Real da Torre, 593 - Madalena • 50.610-000 Recife - PE • Tel: (81) 3445-2086